
SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

EDITORIAL

Comunicações e políticas sociais

A Revista SER Social, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass), traz nesta edição artigos, resenhas e entrevistas que aprofundam o debate acadêmico acerca das comunicações, que são determinantes na nova base técnica da economia capitalista e, portanto, tão presentes nas políticas sociais, na cultura e no Serviço Social, bem como em experiências de educação popular.

Importa reconhecer que as fronteiras entre as telecomunicações, a radiodifusão e a *big data* têm sido diluídas no processo de mercantilização da vida, possibilitando a produção e a coleta de dados sobre tudo e sobre todos, a modulação de comportamentos e a ampliação da vigilância (capitalismo de vigilância). A junção das esferas da informação, da publicidade e da cultura de massa – isto é, a mescla do texto, do som e da imagem –, que agora pode ser utilizada na produção da informação (a princípio, por qualquer indivíduo) e lançada em rede, dificulta a distinção nítida entre o mundo da mídia, da comunicação, da cultura de massa e da publicidade do mundo em que vivemos e que devemos compreender materialmente.

As informações circulam e migram de uma mídia para outra sem se saber ao certo a origem da fonte ou mesmo a que objetivam. Estudos divulgados pela empresa Cibersegurança Kaspersky (2020) indicam que cerca de 62% da população brasileira não sabe identificar uma notícia falsa. Outra característica da linguagem do tempo atual é a naturalização do discurso rápido, com vistas a se evitar o tédio. Tudo é feito a partir de um modelo publicitário, que utiliza artigos curtos, frases breves e títulos impactantes, com elementos de espetacularização ou de dramatização, para que se provoquem emoções. A comunicação é construída de forma bem elementar e simples, por meio de um discurso infantilizante, uma vez que articula simplicidade, brevidade e superficialidade de uma maneira emocional, com vistas a possibilitar a compreensão da maioria dos indivíduos. A era digital tem alterado a totalidade das relações sociais, pautando uma mudança de época. Ao mesmo tempo, a quebra do monopólio da comunicação – agora nas mãos de qualquer um com acesso às redes sociais – abre espaços para novas vozes, sejam elas comprometidas com a educação popular e a defesa de direitos, sejam elas propulsoras do ódio, do extremismo e do preconceito.

O tempo atual, marcado pelas mudanças indicadas, bem como pelo surgimento de tecnologias acessíveis de inteligência artificial, torna o mundo mais complexo e, ao mesmo tempo, ávido por estudos que permitam conhecê-lo. A dinâmica do capitalismo, apoiada nas tecnologias de informação e comunicação, inspira estudos e análises, como veremos no artigo: *“Soberania tecnológica e disputa por hegemonia em um mundo em transformação”*, elaborado por Helena Martins do Rêgo Barreto e Ruy Sardinha Lopes. Na perspectiva da economia política da comunicação, os autores discutem a relação entre o capitalismo e a tecnologia, tendo em vista o processo à luz da concentração e da centralização do capital em torno das plataformas digitais, tomadas como resultado da reestruturação capitalista, que, no campo das comunicações, levou à conformação de uma nova estrutura de mediação social, marcada pela hegemonia norte-americana. Os autores detalham, especificamente, o caso brasileiro, abordando como as políticas neoliberais aprofundaram a dependência do País também no referido campo, cuja questão exige um confronto não apenas pela reivindicação de uma soberania tecnológica, mas também em torno de um projeto político alternativo que articule também outro olhar sobre a relação entre a tecnologia e a sociedade.

Ainda em uma perspectiva de totalidade, fundamentada em Antonio Gramsci e Raymond Williams, o autor Fábio Palácio de Azevedo, no artigo “*Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e ilusão de desintermediação*”, analisa as condições do exercício da hegemonia como um sistema de significações experimentado no cotidiano, o qual conforma um “senso de realidade” para as pessoas, criando uma atmosfera cognitiva que se convencionou denominar de pós-verdade. O autor nos apresenta a paisagem de pós-verdade, ressaltando um traço definidor: a crise das modernas mediações epistêmicas e sua substituição por mediações mercadológicas de tipo algorítmico, orientadas pela gramática neoliberal. Ele finalmente mostra como a extrema direita vivencia, de maneira militante, o mundo da pós-verdade com foco em um fundamento do discurso reacionário, que o autor define como *ilusão de desintermediação*, forma fetichizada de conceber as interações digitais como capazes de propiciar uma experiência de “liberdade” e “autonomia”, pautada em um suposto “acesso direto” à realidade. O artigo tem o objetivo de evidenciar como, a partir de infraestruturas econômicas e sociotécnicas determinadas, as coordenadas da ordem se tornam disposições da mente, configurando formas sutis e penetrantes de exercício da hegemonia.

Outra importante reflexão vem da autora Ruth de Cássia dos Reis, com o artigo: “*Robôs falantes, inteligência artificial e impactos na comunicação*”. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, o texto aborda o recente surgimento das ferramentas de inteligência artificial baseadas em processamento de linguagem natural, abrindo novas questões para uma sociedade midiaticizada e com ampla conectividade. Segundo a autora, as inteligências artificiais generativas, com capacidade de produzir textos, imagens e vídeos, já começam a ocupar espaço em diversas dimensões da atividade social, razão pela qual é importante entender as repercussões dessas tecnologias para a produção e a circulação de conteúdos no atual sistema de comunicação em rede, com ênfase nas ameaças de incremento da desinformação, além das implicações para o jornalismo e o direito à comunicação. Entre as conclusões, a autora aponta o risco de que as citadas ferramentas propaguem mais preconceito e comprometam ainda mais a qualidade e a confiabilidade da informação jornalística, problema já observado na automatização de certos tipos de notícias. Tais desafios exigem medidas para garantir o uso responsável e ético dessas tecnologias no ambiente comunicacional, como a regulação, a transparência e o letramento comunicacional.

Na mesma direção está o artigo: “*Alvo juventudes: do sangue nas ruas ao ódio na internet*”, de Giovane Antônio Scherer e Israel Silveira Rocha. O artigo tem o objetivo de refletir as dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros. Para isso, os dados obtidos estão divididos entre a rua e a *internet*. Na rua, apresentam-se números que retratam a violência sofrida tanto na dificuldade de acesso a direitos quanto nos homicídios. Na *internet*, os dados demonstram a aceitação do discurso da mídia pelos espectadores, que não somente concordam com ele como também disseminam as informações. Percebe-se nesse fenômeno a plena relação entre a hegemonia do capital e a não efetividade dos direitos dos jovens, ocasionada pela ação do mercado da mídia e da publicidade, bem como de seus agentes, culminando na violência identificada nas ruas e na *internet*.

Para além das formas de como a comunicação se insere na exploração capitalista, outros artigos abordam o potencial da comunicação e igualmente o direito à comunicação na defesa de direitos e na sua articulação com o Serviço Social. Diante desse cenário, a Revista SER Social abriu espaço para as produções acadêmicas advindas de estudos e pesquisas que têm se aprofundado na relação entre comunicação, políticas sociais e Serviço Social, bem como para experiências diferenciadas de comunicação articuladas à educação popular.

Nesse compasso, encontramos o artigo: “*A comunicação popular e comunitária como estratégia na luta por políticas sociais*”, de Rozinaldo Antonio Miani. Segundo o autor, um dos grandes desafios para os intelectuais orgânicos do campo classista popular é dimensionar e problematizar os impactos produzidos pelas tecnologias digitais nas diversas áreas do conhecimento e, principalmente, nos diferentes contextos econômicos e sociais no âmbito das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, a partir de procedimentos metodológicos pautados na abordagem qualitativa e com o subsídio da pesquisa bibliográfica não sistemática, o autor apresenta considerações críticas à perspectiva determinista em relação às tecnologias da informação e da comunicação como constitutivas das atuais formas de articulação entre os processos de produção (regime de acumulação) e de consumo (reprodução social) na ordem do capitalismo mundial em tempos de mundialização do capital. O artigo ainda oferece bases argumentativas para a concepção da comunicação popular e comunitária como estratégia constitutiva da dimensão técnico-operativa a ser assimilada pelo Serviço Social, com

vistas a impulsionar os processos de organização e de luta popular e institucional por políticas sociais.

Igualmente, apresentamos o artigo: *“A democratização da comunicação como bandeira de luta no Serviço Social”*, de Leonardo Koury Martins, que se dedica ao estudo do direito humano à comunicação e da sua democratização a partir dos posicionamentos construídos pelas entidades representativas do Serviço Social. Para o autor, as redes privadas nacionais de comunicação, em conjunto com as *big techs* e a internacionalização do domínio da informação em grande escala, permitem ou possibilitam um cenário de notícias falsas e um deserto provocado pela desinformação, o que afeta a vida da população brasileira e o trabalho cotidiano do assistente social.

Os autores Claudiana Tavares da Silva Sgorlon, Mabel Mascarenhas Torres e Eduardo Luis Couto nos apresentam o artigo: *“Serviço Social e Comunicação: os caminhos da informação produzida pelo Conjunto CFESS/CRESS”*. O artigo traz a análise da comunicação realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS entre 2020 e 2021, a partir de uma pesquisa exploratória sobre a relação entre o Serviço Social e a Comunicação, a Política de Comunicação do Conjunto, suas publicações em *sites* e informações de suas peças comunicacionais. O artigo identifica as estratégias de diálogo do Conjunto com a categoria e a sociedade, bem como suas características comunicacionais, além da capacidade analítico-interventiva dos assistentes sociais e da contribuição para a formação, o trabalho e a produção de conhecimento da categoria.

A esse esforço soma-se o artigo: *“O direito à comunicação como instrumento de cidadania: o caso do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas”*, de Eliana Mourgues Cogoy, Roberth Steven Gutiérrez Murillo, Patricia Krieger Grossi e Eliane Moreira de Almeida. Trata-se de um estudo de caso que examina a trajetória histórica e legal do Comitê Gestor Quilombola (CGQ) do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Embora constitua um espaço pioneiro e único no Brasil para a participação democrática e o atendimento das necessidades das comunidades quilombolas, que historicamente foram submetidas à exclusão social e encontram grandes barreiras no acesso aos direitos fundamentais, o CGQ enfrenta desafios para garantir o direito à comunicação como meio de exercício da cidadania quilombola. O estudo revela potencialidades e restrições da gestão participativa no contexto das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas a partir da realidade de Pelotas.

Por fim, mas não menos importante, a revista apresenta o artigo: “*Educomunicação: caminhos de transformação nas práticas e políticas sociais*”, da autoria de Ismar de Oliveira Soares, Michele Marques Pereira e Daniele Próspero. O artigo apresenta a educomunicação e sua relação intrínseca enquanto conceito e práxis social presentes nas políticas públicas, nas organizações governamentais, na sociedade civil e nas práticas de comunicação e educação popular e, sobretudo, como caminho para ações e políticas que objetivem a transformação social. A partir da investigação de elementos históricos, teóricos e práticos, o artigo argumenta que as iniciativas educacionais transcendem o uso instrumental da comunicação, ampliando a leitura crítica de mundo, a efetiva participação e o protagonismo dos sujeitos, fortalecendo a educomunicação enquanto campo que promove a mobilização e a transformação social em prol do exercício da cidadania, da democracia e da garantia dos direitos.

Ainda com o objetivo de aprofundar o conhecimento e a leitura da realidade a partir da articulação entre comunicação e políticas sociais, esta edição da Revista SER Social traz, ainda, duas entrevistas e duas resenhas de livros sobre o tema.

As duas entrevistas presentes nesta edição exploram experiências práticas de educação popular nas redes sociais. Conhecer a práxis inovadora significa permitir conhecer as transformações do campo da comunicação e seus novos protagonistas. Por isso, nesta edição, a professora Kênia Augusta Figueiredo entrevista dois criadores de conteúdo digital. Thiago Gomide, historiador e jornalista, fala sobre as origens e os objetivos do canal “Tá na História”, no qual apresenta as trajetórias e histórias de lugares. O entrevistado reflete sobre as oportunidades da educomunicação para que as comunidades possam reconhecer e afirmar seu valor histórico. Por sua vez, Paulo Faleiro, assistente social e criador do perfil “*Assistente Social Irônico*”, fala do humor como estratégia de comunicação popular, conscientização, denúncia e compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Dentre os resenhistas desta edição, Leonardo Martins Prudente contribui com a resenha do livro: “*Cultura e Representação*”, do teórico cultural jamaicano Stuart Hall (1932-2014), cuja obra foi publicada em língua portuguesa, em 2016, pela editora PUC-Rio. O livro aprofunda sua teoria sobre o sistema representacional, isto é, a prática significativa que nos permite criar e comunicar pensamentos, ideias e sentimentos

e que, portanto, dá sentido à nossa compreensão de mundo. A partir da teoria proposta, Hall investiga a estereotipagem racial do negro como prática representacional na cultura popular e na mídia, o chamado “espetáculo do outro”, que mostra como a representação funciona na prática. A resenha, feita a partir dos olhos do campo da Política Social, ressalta como a dinâmica entre representação e poder perpetua estereótipos e desigualdades e lança desafios à gestão das políticas sociais.

Já Verônica Moreira Oliveira escreve a resenha do livro: “*Cultura e Transformação Social: Gramsci, Thompson e Williams*”, das autoras Angela Maria Souza Martins e Lúcia Maria Wanderley Neves, publicado pela editora Mercado de Letras em 2021. A partir das transformações hodiernas na produção e no consumo, na educação e na cultura, na sociabilização, na participação política e nos modos de vida em geral, as autoras, fazendo o uso das produções dos três pensadores teóricos escolhidos, discutem a centralidade da educação, da cultura e da comunicação na formação das relações sociais e de poder, bem como seu potencial no necessário processo de transformação social. Afinal, educação e cultura consistem em escolhas de ênfases e omissões.

Na seção de temas livres, encontramos cinco artigos em diferentes temáticas. Os artigos “*A atualização da cultura da crise expressa na proposta do ‘INSS Digital’*”, de Jaime Hillesheim e Germano Rama Molardi, e “*O reformismo neoliberal na atenção básica à saúde brasileira entre 2017 e 2022*”, de Bruno Reis de Oliveira, Ricardo Carneiro e Flávia de Paula Duque Brasil, abordam os efeitos do neoliberalismo na gestão das políticas públicas. No primeiro artigo, o foco é a gestão da previdência social brasileira a partir de argumentos acerca da “modernização” do Estado e da desburocratização no acesso a benefícios previdenciários. Com base em uma pesquisa documental e bibliográfica, os resultados apontam para o aumento das filas e de recursos como decorrência da redução do quadro funcional, o que fragiliza a garantia de direitos. O segundo artigo, por sua vez, debate a gestão da política básica de saúde no Brasil à luz das proposições reformistas subjacentes ao *new public management* (NPM) a partir de 2017. Como conclusões, são apontados os retrocessos e prejuízos aos direitos de saúde da população, com destaque para a perda da universalidade e da integralidade, princípios centrais instituídos no Sistema Único de Saúde (SUS).

O artigo “*Passado presente: racismo e capitalismo na particularidade da formação social brasileira*”, de Sandra Regina Vaz da

Silva, tem o objetivo de refletir sobre a particularidade da formação social brasileira, destacando o colonialismo como marco principal da gênese, da combinação e do desenvolvimento do racismo, de modo a evidenciar sua confluência com a emergência do capitalismo no Brasil.

Mário Antonio Sanches, Clara Nasser Scherer e Giovana Maestrelli são autores do artigo *“Male and female (in)tolerance profile in regard to living with diversity in a southern brazilian community”*, cujo texto traz reflexões a partir da pergunta: “como você se posiciona quando o seu filho ou a sua filha busca conviver com pessoas de outro sexo, de outra religião, de outras etnias ou raças, de outra classe social, com deficiência, homossexuais e filhos de presidiários?”. Os resultados apontam como as populações feminina e masculina compreendem a convivência com a diversidade.

Por fim, o artigo *“Serviço Social e (neo)conservadorismo: rupturas e continuidades necessárias ao debate da profissão”*, de Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Mikaele De Vêras Matias e Anna Raquel Andrade Gonzaga, aborda o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e os tensionamentos no cenário atual, marcado pelo neoconservadorismo, pelo pensamento pós-moderno e pela recuperação de correntes teóricas conservadoras no interior do Serviço Social.

Desejamos uma boa leitura!

Comissão Editorial

Profa. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte
<https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
<https://orcid.org/0000-0002-9163-445X>

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori
<https://orcid.org/0000-0003-4536-5698>

COMPASS

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Profa. Dra. Fabrícia Cristina de Castro Maciel
<https://orcid.org/0000-0002-3001-5276>

Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes
<https://orcid.org/0000-0003-0073-2001>

Ms. Leonardo Martins Prudente
<https://orcid.org/0009-0008-1921-9463>

Estagiária

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas

Preparação de originais e revisão gramatical

Paulo Castro (Books Maze Publishers)

Diagramação

Books Maze Publishers